

CONCURSO PÚBLICO

**FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL) E SERVIÇOS
(TRANSFERÊNCIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA) DESTINADO AO
ABASTECIMENTO DA FROTA A GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC) DOS
TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RELACIONADOS**

2023

PROGRAMA DO CONCURSO

1. OBJETO DO CONCURSO, DESIGNAÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO

O presente concurso tem por objeto fornecimento de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Serviços de Transferência, Manutenção e Assistência, destinado ao abastecimento da frota de Gás Natural Comprimido (GNC) e dos TUB/EM, bem como a cedência à exploração do posto de abastecimento ao público, de acordo com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Empresa TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM, adiante designada por TUB/EM, sita na Quinta de Santa Maria –Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e e-mail geral@tub.pt.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que tomou a decisão de contratar e a correspondente autorização de despesa foi o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante acima referida, nos termos do artigo 36º do CCP - órgão com poderes para o Ato, de acordo com a delegação de poderes de 04 de novembro de 2021.

4. FUNDAMENTO DA DECISÃO DE CONTRATAR E DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

- 4.1** Com a instalação do novo posto de abastecimento de Gás Natural na sede dos TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., surgiu a necessidade de aquisição de um serviço de fornecimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), de modo a fazer face às necessidades de consumo da frota de veículos a gás natural comprimido (GNC);
- 4.2** A escolha do presente procedimento - Concurso Público com publicação Internacional - foi efetuada com base no artigo 20º, nº1 alínea a), do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), uma vez que o valor do contrato excede os limiares definidos no artigo 474º do CCP.

5. CONCORRENTES

- 5.1** Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP.
- 5.2** Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

5.3 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, depois de lhe ser notificada a adjudicação e antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo ou em agrupamento complementar de empresas, em regime de responsabilidade solidária.

6. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica ACINGOV, dirigidos ao Júri do concurso, **até às 23h59m do dia definido na plataforma para esse efeito.**

6.2 Até à data-limite referida no número anterior, deve o convidado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

6.3 Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões, detetados pelo interessado, será disponibilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

6.4 A falta da prestação de esclarecimentos no prazo determinado pela plataforma, poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

7. JÚRI DO CONCURSO

7.1 No âmbito do presente concurso será constituído um Júri, a quem, designadamente, competirá:

- a) Conduzir o procedimento;
- b) Publicitar a lista das propostas na plataforma eletrónica;
- c) Proceder à análise e avaliação das propostas;
- d) Elaborar os relatórios de análise e avaliação das propostas;
- e) Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso

7.2 Cabe ainda ao Júri do Concurso exercer a competência que lhe seja delegada pela Entidade Adjudicante, não lhe podendo esta, porém, delegar a competência para a decisão de adjudicação.

7.3 O Júri do Concurso pode designar de entre o pessoal dos serviços da Entidade Adjudicante um secretário.

- 7.4 O Júri do Concurso só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.
- 7.5 Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
- 7.6 A Entidade Adjudicante poderá designar, se assim considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
- 7.7 Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri do Concurso, mas não têm direito de voto.

8. IDIOMA DO PROCEDIMENTO

- 8.1 O idioma do presente procedimento é a Língua Portuguesa.
- 8.2 Os documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a proposta, bem como todos os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução, na forma legal e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 8.3 Todos os documentos técnicos dos produtos, bem como outros documentos não essenciais à avaliação da proposta, poderão ser apresentados, alternativamente, em língua inglesa.

9. PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 9.1 A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo e é acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
 - b) Documento com indicação do valor da **Margem de Comercializador (MC)**, do **Custo Anual de Manutenção** e do valor da **Renda de Exploração da Estação Pública**;
 - c) Os preços são indicados por algarismos e por extenso e não incluem IVA (em caso de divergência, prevalecem os preços indicados por extenso, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos);
 - d) Certidão do Registo Comercial ou o código da Certidão Permanente para consulta;
 - e) Deverá ser anexa Procuração, caso os documentos sejam assinados por quem não tenha poderes para esse efeito;

- 9.2** O concorrente deve referir na proposta as características dos bens, condições do fornecimento e certificados de conformidade, caso este as possua, em respeito pelas normas NP EN ISO, relativas a Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ou equivalentes e em conformidade com as quantidades, características técnicas, funcionais e especificações técnicas dos serviços, exigidas nestas cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.
- 9.3** A falta de entrega de qualquer documento de apresentação obrigatória aqui referida constitui exclusão do candidato, salvo o disposto no artigo 72º do CCP;
- 9.4** A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, nos termos definidos no nº4 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- 9.5** No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada eletronicamente por todas as entidades que o compõem ou pelos seus representantes ou ainda pelo seu representante comum.
- 9.6** Para efeitos de análise das propostas, a entidade adjudicante poderá solicitar ao concorrente documento comprovativo das especificações técnicas indicadas para o bem proposto;
- 9.7** Não é admitida a apresentação de proposta com alteração de cláusulas do caderno de encargos.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E PRAZO PARA A ENTREGA DAS MESMAS

- 10.1** A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma Acingov, no prazo de **30 dias**, data que será devidamente definida na plataforma.
- 10.2** O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.
- 10.3** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, **assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada**, sob pena de exclusão da proposta.
- 10.4** No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

10.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato (documento eletrónico) emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes.

10.6 A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos, pelo que estes também devem ser assinados individualmente.

11. PROPOSTA VARIANTE E NEGOCIAÇÃO

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem o presente procedimento inclui fase de negociação.

12. ESCLARECIMENTOS SOBRE OS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM AS PROPOSTAS

12.1 O Júri do Concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, nos termos do artigo 72º do CCP.

12.2 Se o Júri do Concurso tiver fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá solicitar ao representante do concorrente que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo, condicionando a sua admissibilidade ao concurso a tal apresentação.

12.3 Nos casos referidos nos números anteriores, os esclarecimentos e os documentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de cinco dias.

12.4 Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes e os documentos referidos no número 12.2, fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

12.5 Os esclarecimentos e os documentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser notificados desse facto.

13. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Os concorrentes comprometem-se a manter válida as respetivas propostas por 66 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

14.1 A pontuação atribuída por critério, terá um limite mínimo de 0 (zero) pontos, e um limite máximo de 100 (cem) pontos.

a) P1: Pontuação obtida para o critério Margem do Comercializador (MC)

A fórmula de cálculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P1 = (0,8 - 100 \times MC) / 0,008$$

Em que:

P1 – Pontuação obtida para o critério

MC – Margem do Comercializador

$0 \leq MC \leq 0,008$ (€/kWh)

b) P2: Pontuação obtida para o critério Custo Anual de Manutenção da Estação (CAM)

A fórmula de cálculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P2 = (1\ 800\ 000 - 100 \times CAM) / 18\ 000$$

Em que:

P2 – Pontuação obtida para o critério

CAM – Custo Anual de Manutenção da Estação

$0 \leq CAM \leq 18\ 000$ (€/Ano)

c) P3: Pontuação obtida para o critério Renda de Exploração da Estação Pública (Fi)
(Valor que o adjudicatário pagará aos TUB, por cada kWh vendido ao público).

A fórmula de cálculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P3 = (100 \times Fi) / 0,040$$

Em que:

P3 – Pontuação obtida para o critério

Fi (€/kWh) – Valor que o adjudicatário pagará aos TUB, por cada kWh vendido ao público.

$0 \leq Fi \leq 0,040$ €/kWh, sendo que para valores de $Fi \geq 0,040$ €/kWh, P3 será igual a 100 pontos

14.2 A pontuação final será calculada nos seguintes termos:

$$PF = (P1 \times 0,95) + (P2 \times 0,03) + (P3 \times 0,02)$$

Em que:

PF – Pontuação Final

P1 – Pontuação obtida para o critério Margem do Comercializador (MC)

P2 – Pontuação obtida para o critério Custo Anual de Manutenção da Estação (CAM)

P3 – Pontuação obtida para o critério Renda de Exploração da Estação Pública

15. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate, serão utilizados os critérios de desempate pela seguinte ordem:

- a) Menor valor para a Margem do Comercializador (MC);
- b) Menor valor de Custo Anual de Manutenção;
- c) Maior valor de Renda de Exploração da Estação Pública
- d) Sorteio.

16. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

16.1 Após a análise da proposta, a Entidade Adjudicante, através do órgão competente, toma a decisão de adjudicação.

16.2 Com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notificará o adjudicatário da minuta do contrato e ainda para apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81º do CCP.

17. NÃO ADJUDICAÇÃO

Nos casos do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos não há lugar à adjudicação.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO PARA A SUA APRESENTAÇÃO

18.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 6 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida de acordo com o anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os documentos definidos no artigo 81.º do CCP;

18.2 No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, a declaração e documentos indicados na alínea anterior deverão ser apresentados por cada membro do agrupamento.

19. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 19.1** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma www.acingov.pt.
- 19.2** Quando algum dos documentos de habilitação se encontrar disponível na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante apenas o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 19.3** A Entidade Adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos submetidos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

20. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 20.1** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado para a sua apresentação;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 20.2** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 20.3** Quando as situações previstas no número 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.
- 20.4** A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

21. VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

Não é exigida caução, cumprindo para o efeito do disposto no n.º 2 do artigo 88.º.

22. MINUTA DO CONTRATO

- 22.1** A minuta do Contrato é aprovada pela Entidade Adjudicante.

- 22.2** A Entidade Adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.
- 22.3** Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum a violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a de elementos essenciais do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência.
- 22.4** A Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.
- 22.5** A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos trinta dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.
- 22.6** Todas as despesas resultantes da assinatura do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

23. NÃO OUTORGA DO CONTRATO

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do Contrato.

24. CONTAGEM DOS PRAZOS

- 24.1** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 24.2** Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- 24.3** Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados os feriados nacionais.

25. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações e as comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o Júri do Concurso e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas na plataforma referida no artigo 3.º.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e legislação complementar.